

***Medios sin Fin* notas sobre la política¹**

Messias Basques²
UFSCAR

RESUMO: Em nossa época, o corpo biológico do cidadão veio a ocupar uma posição central nos cálculos e nas estratégias do poder estatal. A política tornou-se biopolítica e o campo de concentração surge como o verdadeiro paradigma político da modernidade. Agamben, em sua investigação, traz à luz o vínculo oculto que, desde sempre, teria ligado a vida nua, vida natural não politizada, ao poder soberano. É uma obscura figura do direito romano arcaico ser a chave que permitirá uma releitura crítica de toda nossa tradição política: o *homo sacer*, um ser humano que podia ser morto por qualquer um, impunemente, mas que não devia ser sacrificado segundo as normas prescritas pelo rito.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia política. Vida nua. Biopolítica. Politização da vida

Em *Medios sin Fin* (2001), Agamben nos diz que os gregos não dispunham de um termo único para expressar o que nós queremos dizer quando empregamos a palavra *vida*. Para tanto, utilizavam dois termos semântica e morfológicamente distintos: *zoé*, que expressava o simples fato de viver comum a todos os viventes (animais, homens e deuses) e *bíos*, que significava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. Agamben acrescenta, a esses termos, a concepção de *forma-de-vida* um estado de vida em que nunca seria possível separar algo como uma vida nua, semelhante àquilo que os gregos denominavam *zoé*. Numa clara alusão a Aristóteles, Agamben nos lembra que o homem é o único ser em cuja vida está em jogo a felicidade, e isto constitui imediatamente a *forma-de-vida* como vida política.

Tendo em vista o paralelo com o caso grego, o autor lança a hipótese de que o poder político que conhecemos se funda, em última instância, na separação da esfera da vida nua de seu contexto original nas *formas-de-vida*. Para sustentar sua afirmação, Agamben recorre ao direito romano, onde a vida teria aparecido originariamente somente como contrapartida de um poder que a ameaça com a morte. A seu ver, também na fundação hobbesiana da soberania essa mesma vida exposta a uma ameaça encontra-se, agora, unicamente nas mãos do soberano. Logo, o estado de exceção, sobre o qual o soberano decide em cada ocasião, é precisamente aquele no qual a vida nua que, na situação normal, aparece permeando as múltiplas *formas-de-vida*, volta a se colocar na qualidade de fundamento último do poder político. Em sua genealogia, Agamben defende que a vida nua, que constituía o fundamento oculto da soberania, se converteu em todas as partes na *forma-de-vida* dominante.

Destarte, o que escaparia da interrogação dos atuais debates sobre a bioética e a biopolítica seria, precisamente, aquilo que mereceria ser interrogado acima de qualquer outra coisa: o próprio conceito biológico de vida. Referindo-se ao antropólogo Paul Rabinow, Agamben diz que os dois modelos, simetricamente contrapostos, da *experimental life* e aquele que, ao contrário, em nome da sacralidade da vida, exaspera a antinomia entre ética individual e tecnociência, participam, sem dar-se conta, do mesmo conceito de vida nua.

Da mesma forma com que problematizou a aparição do Hábeas Corpus no livro *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (2002), aqui Agamben procura analisar os fundamentos dos Direitos do Homem, que, a seu ver, representam a figura originária da inscrição da vida nua natural na ordem jurídico-política do Estado-nação. Essa vida nua (simples criatura humana), que, no *Ancien Régime*, pertencia a Deus e, no mundo clássico, se distinguia claramente (como *zoé*) da vida política (*bíos*), passa agora a ocupar o primeiro plano no cuidado do Estado e se tornou, por assim dizer, seu fundamento terreno. Acometidos por fenômenos correlatos, “os termos soberania, direito, nação, povo, democracia e vontade geral

cobrem agora uma realidade que nada tem que ver com o que estes conceitos designavam antes” (Agamben, 2001, p. 24).

Para Agamben, *“a política contemporânea é este experimento devastador que desarticula e esvazia em todo planeta instituições e crenças, ideologias e religiões, identidade e comunidade, e volta depois a situá-las sob uma forma já definitivamente afetada de nulidade”* (Agamben, 2001, p. 25). Nesse ínterim, soberania é a ideia de que há um nexo indelével entre violência e direito, vivente e linguagem, e que este nexo tem necessariamente a forma paradoxal de uma decisão sobre o estado de exceção ou de um *bando*, em que a lei (linguagem) se mantém em relação com o vivente retirando-se dele, *“a-bandonando-o”* à própria vivência e à própria ausência de relação. Deste modo, o estado de exceção é a regra em que a vida nua é imediatamente portadora do nexo soberano, e, como tal, está hoje abandonada a uma violência que é tanto mais eficaz na medida em que é anônima e cotidiana (cf. Agamben, 2001).

Como se pode notar a partir da leitura das suas obras, a exposição de Agamben tem a virtude de ser extremamente convincente. Cabe, porém, aqui ensaiar a crítica de um dos seus argumentos. Remontando à descrição de Guy Débord, Agamben diz que *“quaisquer singularidades numa ‘sociedade espetacular’ não podem formar uma *societas*, porque não dispõem de nenhuma identidade que possa fazer valer; de nenhum vínculo social que fazer reconhecer.”* (Agamben, 2001, p. 76). Em contrapartida, poderíamos dizer que, além das possíveis conexões entre sua argumentação sobre o estatuto da vida e da política na modernidade e a discussão acerca da biossocialidade proposta por Paul Rabinow (1991, 2002), seu entendimento de que nenhuma *societas* poderia surgir em nossos dias, ao invés de se opor às “identidades biológicas”, vai de encontro ao argumento em prol destas porque reflete a incapacidade de nomear esses novos coletivos mobilizados sem perder de vista a sua singularidade frente à descrição de um mundo aparentemente regido pelas mesmas leis. Não é difícil concordar com Agamben quando diz que *“democracia e liberdade são noções demasiadamente genéricas para constituir um objeto real de conflito”* (Agamben, 2001, p. 76), mas caberia ressaltar que a vida tem se revelado como um objeto em torno do qual conflitos surpreendentemente vigorosos têm irrompido. Assistimos à politização da vida.

Ao longo de sua argumentação, Agamben retoma este ponto ao dizer que a sociedade, em seu conjunto, está consignada irremediavelmente à forma de sociedade de consumo e de produção de bem-estar. E, assim, comunga do parecer dos teóricos da soberania política (como Carl Schmitt), que veem nisto o sinal mais seguro do fim da política. À luz do enunciado de Guy Débord, Agamben infere que as massas planetárias de consumidores (quando não recaem simplesmente nos velhos ideais étnicos e religiosos) não nos deixam espreitar nenhuma nova figura da *polis*. Talvez esta seja a oportunidade de objetar que *oikos* e *polis* se

fundiram de tal forma que já não nos é possível encontrar cada uma dessas dimensões em suas versões originais. Nessa busca de uma *polis* que já está um tanto quanto desfigurada, talvez estejamos justamente incorrendo no erro de olhar o mundo social com as mesmas lentes de outrora, inquietos que estamos em responder e interpretar os processos ora em curso numa relação interminável em que ora se cobrem os pés e se descobre a cabeça, ora vice-versa. Noutras palavras, ora descrevemos os processos em sua dimensão macro, menosprezando o que se passa nas fimbrias do mundo social, ora vice-versa.

Todavia, face ao número de aproximações possíveis dos conceitos de vida nua e biossocialidade, as incongruências não põem em risco a relação aqui esboçada. Isto porque, ao final de *Medios Sin Fin*, Agamben dirige sua argumentação neste sentido. Pergunta o autor: *“poderão as novas categorias do pensamento político dar expressão às formas políticas que temos diante de nós?”* (Agamben, 2001, p. 100).

As conexões existentes entre as preocupações de Agamben e o campo de pesquisas acerca da biossocialidade ainda não convergiram, quiçá porque um dos atributos da modernidade é a cisão entre os departamentos e áreas do saber. Sem dúvida, a aparência de metateoria e elucubração filosófica da obra de Agamben não atrai nenhuma atenção por parte dos antropólogos e sociólogos da ciência porque pensam que estão tratando de dimensões diferentes em suas pesquisas. Assim, de seus nichos de pesquisas e nos laboratórios mundo afora nos quais praticam suas etnografias, não atentam para o fato de que vida nua e biossocialidade são “opostos complementares”, duas faces da mesma moeda.

As pesquisas sobre a biossocialidade carecem dessa perspectiva desenvolvida por Agamben, porque ainda continuam a descrever esses movimentos – de coletivos de pacientes com suas “identidades biológicas” – pela lógica dos direitos, em que a figura do sujeito de direito é encaixada (à força) numa realidade que não a comporta mais. Depois de recorrer, de forma declarada, ao expoente dos estudos de biossocialidade, o antropólogo Paul Rabinow, Agamben encerra seu livro afirmando que, deste terreno incerto, desta zona opaca de indistinção, é de onde hoje temos que partir para encontrar o caminho de outra política, de outro corpo, de palavra. E, prossegue o autor, *“por nada do mundo estaria disposto a renunciar a esta região de indiferença entre público e privado, corpo biológico e corpo político, zoé e bíos. É aqui de onde tenho que encontrar meu espaço, aqui e em nenhum outro lugar. Somente uma política que parta desta consciência pode interessar-me”* (Agamben, 2001, p. 116).

NOTAS

¹Publicado originalmente: AGAMBEN, Giorgio (2001). *Medios sin Fin. Notas sobre la política*. Valencia: Ediciones Pre-Textos. Autor: Giorgio Agamben: nasceu em Roma, em 1942. É professor da Facoltà di Design e Arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras estão *Il Linguaggio e la Morte* (Einaudi, 1982), *La Formula della Creazione* (Quodlibet, 1993), escrito com Giles Deleuze, *Homo Sacer* (Einaudi, 1993/ *Homo sacer- O poder soberano e a vida nua* -UFMG), *Que le Resta di Auschwitz* (Bollati Boringhieri, 1998) e *Stato di Eccezione* (Bollati Boringhieri, 2003).

²Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (PPGAS-UFSCAR). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Endereço: Avenida Alexandrina, 2057, Bloco A, Apto. 13, Centro, São Carlos - SP. E-mail: messiasjr@usp.br, messias.basques@gmail.com; Telefone: 0xx119312 0701

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. 2004: *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

AGAMBEN, Giorgio. 2001: *Medios sin Fin. Notas sobre la política*. Valencia: Ediciones Pre-Textos.

RABINOW, Paul. 2002: "Life sciences: discontents and consolations". In: *Journal of Molecular Biology*, vol. 319, p. 947-955.

RABINOW, Paul. 1991: "Artificialidade e ilustração: da sociobiologia à biossocialidade". In: *Revista Novos Estudos*, Fundação CEBRAP, n.31